



GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA

***Empirismo,
Fenomenologia e
Gramática***

Iº Colóquio Empirismo, Fenomenologia e Gramática

CADERNO DE RESUMOS

SALVADOR, DEZEMBRO DE 2005



APOIO:  CNPq



fapesb 

ÍNDICE

O problema da semelhança em Hume <i>André de Jesus Nascimento</i>	Pág. 03
A crítica de David Hume à noção de substância <i>Cainan Freitas de Jesus</i>	Pág. 04
Berkeley e a Ciência <i>Claudia Bacelar Batista</i>	Pág. 05
Críticas de Hume ao argumento do desígnio <i>Giorlando Madureira de Lima</i>	Pág. 06
Sobre Locke <i>Iara Velasco e Cruz Malbouisson</i>	Pág. 07
O eu sabe-se por si mesmo? <i>Marcos Vinícius Paim</i>	Pág. 08
Hume e o argumento do desígnio <i>Kelber Silvio Rios Carneiro</i>	Pág. 09
Russell: conhecimento por familiaridade <i>Rafael Fernandes Mendes dos Santos</i>	Pág. 10
Uma Certa Imagem de Mundo e A Gramática como Arquiteto <i>Wagner Teles de Oliveira</i>	Pág. 11

O problema da semelhança em David Hume

André de Jesus Nascimento

Ninguém ignora a filiação empirista de David Hume. Seus leitores irão prontamente reconhecer a experiência alçada à condição de única “autoridade” capaz de legitimar a conjunção em questões de fato. Afinal, incapaz que seria de restituir a mais trivial das conjunções sucessivas, a razão restaria estática, sem jamais descobrir na causa o efeito que lhe seguirá. É desde então que a demonstração deverá ser expulsa do domínio dos fatos e a experiência, assumida como a única fonte a ser consultada, fazendo-nos desistir de toda inferência *a priori*. Apresentada como “o primeiro princípio da natureza humana”, a máxima empirista guardaria assim o essencial de sua operação teórica: o apelo sistemático à experiência como critério único de clareza. Em exceção concedida pelo próprio Hume, o exemplo do tom ausente de azul, contudo, denuncia uma aparente inconsistência de sua teoria empirista, a saber, malgrado a máxima segundo a qual toda idéia simples é sempre precedida por sua impressão correspondente, poderíamos imaginar certo tom de azul sem que dele tenhamos experiência prévia. Claramente referido como um “fenômeno contraditório”, a questão resiste intacta desde a publicação do *Tratado e nas* edições da *Investigação*, exigindo-nos seu lugar, reclamando-nos a tarefa de recuperar sua função na densa trama conceitual em que se arma o curioso enigma. Se o exemplo logra algum sentido, se guarda alguma relevância filosófica, esta é por apontar uma dificuldade suscitada pela relação de semelhança entre “simples”, a partir do que a constituição de classes para a apreensão da diversidade empírica, seja de cores, como de resto para tudo o mais, comportará os pressupostos que conduzirá uma filosofia investida na afirmação de relações externas, ao reino do necessário, onde relações internas imperam, e a experiência, em certo sentido, torna-se dispensável, afinal, aqui poderíamos sempre imaginar a peça ausente de um sistema.

A crítica de David Hume à noção de substância.

Cainan Freitas de Jesus

A noção de substância que, na filosofia antiga e medieval depositou-se tanta fé, sofre enormes críticas nas obras de David Hume. E, o que era a condição necessária para todo o conhecimento dos objetos internos e externos, torna-se completamente desnecessário, causando um esvaziamento ontológico tanto do sujeito quanto do real. Todos os objetos são tomados, no sistema de Hume, como percepções; em particular, o sujeito seria um feixe de percepções. Falar de algo que tenha a capacidade de unir esses feixes, ou de ser a condição de toda existência possível, é adotar pressupostos que vão muito além de toda experiência empírica. Esta noção não passa de uma ficção construída pela mente, remetendo sempre a algo tão impreciso que não podemos formar uma idéia clara. Assim, o mundo que vemos como um composto certo e acabado, não passa de um hábito formado pela sucessão de nossas percepções. A imaginação é a faculdade responsável para unir todas as sucessões de eventos e transformar a descontinuidade do mundo em uma continuidade. Desta forma, após tamanha crítica da razão, torna-se necessário um estudo sobre o qual o papel desta faculdade para David Hume, quais os seus usos, e em que lugar ela se encontra na natureza humana.

Berkeley e a Ciência

Claudia Bacelar Batista

A história da filosofia é pródiga em afirmar, a partir de Kant, uma diferença temática radical entre filosofia e ciência, tornando-se mesmo tal distinção quase pacífica. Porém, essa distinção doravante celebre já se faz notar, a nosso juízo, na leitura da obra berkeleyana, ainda que de modo muito mais tênue e, vale dizer, nem sempre tão evidente. A nossa pesquisa encaminha-se pois nessa direção: considerar todo o extenso diálogo travado por Berkeley com a ciência de sua época, apontando em que medida encontram-se aí bem mais considerações metafísicas que teses científicas. Desse modo, com Berkeley, podemos discernir o que é próprio desses campos de saberes, refletindo sobre quão distintas em natureza são as suas soluções. Criticado, muita vez, por defender teorias superadas ou pouco prováveis para uma ciência empírica, Berkeley, parece situar-se em um plano secundário ou quase anedótico dessa história. Ora, como nem sempre o efetivo é mais valoroso do que o possível, narrativas científicas extravagantes e mesmo falsas podem conservar grande valor filosófico. Por conseguinte, entendemos e de prontidão concordamos ser uma teoria filosófica factível de refutação, não podendo todavia, ser mal interpretada. E nesse ponto origina-se um dos mais importantes, no nosso entendimento, marco divisório entre filosofia e ciência, visto que, se para esta última a resolução de um problema tende a ficar num passado cada vez mais longínquo, na filosofia é vital, para um sistema, suscitar dúvidas e questões. Portanto, problemas e quase nunca boas soluções. Logo, compreendemos a filosofia como essa procura pela razão, possibilidade e sentido último das coisas, criando seus próprios critérios e signos. E se assim é, o elo que liga o passado ao seu presente não lhe é estrangeiro ou agregador de valor, ao contrário, é algo interno a sua própria economia e a verdade torna-se imanente a cada sistema ou obra. Então, uma questão, à primeira vista historiográfica, servirá como auxílio para o sutil e sofisticado esforço do pensar filosófico. Este será o fio condutor para que nossas hipóteses possam determinar em que medida a teoria berkeleyana se pretende filosófica e, grosso modo, quão distante está de uma ciência dita formal.

Críticas de Hume ao argumento do desígnio

Giorlando Madureira de Lima

No livro *Diálogos sobre a Religião Natural*, David Hume faz uma grande crítica ao argumento à *posteriori* da existência de Deus (do desígnio). Entretanto essa grande crítica é um conjunto de diversas argumentações, algumas tratando da estrutura do formal do argumento, outras cuidando de examinar e, por vezes, invalidar o conteúdo do mesmo. Esse texto, a ser apresentado no colóquio do grupo: Epistemologia, Fenomenologia e Gramática, pretende analisar a obra de Hume buscando identificar todas essas argumentações que compõem a tão conhecida crítica. Esperamos assim, auxiliar a esclarecer dúvidas que esta obra suscita até hoje.

Sobre Locke

Iara Velasco

O texto, a ser apresentado no colóquio do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fenomenologia, Epistemologia e Gramática, terá como objetivo fazer uma breve apresentação do terceiro livro do *Ensaio Sobre O Entendimento Humano* de Locke, procurando ressaltar a relação, por ele estabelecida, entre palavras e idéias sensíveis, para indicar que tal relação traduz sua forma empirista de explicar a construção da linguagem.

O eu sabe-se por si mesmo?

Marcos Vinícius Paim

A questão da identidade pessoal no pensamento de David Hume é o ponto que nos move a tratar neste trabalho. Contudo, não nos deteremos em esmiuçar pormenorizadamente tal questão em sua epistemologia, pois já o sabemos que o ceticismo humeano ainda levanta controvérsias relevantes quando da sua interpretação por parte de vários autores. Ou seja, há comentadores que minimizam os conteúdos céticos do pensamento de Hume, e existem outros que seguem uma via completamente oposta à tradição histórica filosófica, que diz que o ceticismo de Hume é característico em sua filosofia, e que a questão da identidade pessoal deveria ser considerada como parte integrante e constitutiva deste ceticismo. A epistemologia de David Hume é norteada por “questões de fato” e “associação de idéias”, ou mais especificamente, de como as impressões sensíveis chegam com mais força e vividez em nossa mente, a ponto de formarmos com isto a idéia do que experienciamos com nossas sensações. Neste sentido, nosso trabalho tentará demonstrar em que medida trata Hume da constituição do *eu* presente no *Tratado da natureza humana, livro I, parte IV, seção VI*. Com isso, então, tentaremos abordar, no chamado ceticismo humeano, a questão que nos instiga, que é a de ver até que ponto nesta perspectiva epistemológica moderna, de não-filiação ao cartesianismo, “o eu sabe-se por si mesmo”. Não temos, no entanto, a pretensão de darmos uma resposta à questão que nos move neste trabalho, se “o eu sabe-se por si mesmo”, mas acima de tudo de tornar mais expansiva uma discussão sobre o tema.

Hume e o argumento do desígnio

Kelber Silvio Rios Carneiro

Este trabalho articula uma evolução possível para o debate sobre a *prova do argumento do desígnio* tendo em vista a utilização da *analogia* pelos filósofos e teólogos newtonianos, assim como as implicações do *problema da indução*, do *hábito*, da *crença* e das *predições*. O ponto de partida para essa análise está situado nos *Diálogos sobre a Religião Natural*, exatamente no momento em que Hume promove uma crítica à forma como estava sendo fundamentada a *Prova Teleológica* em defesa da Religião Natural. Para esse autor, tratava-se de um argumento frágil e inconsistente, produzindo uma série de equívocos, dentre os quais podemos destacar o *antropomorfismo*. A partir desse ponto, a análise considera uma investigação que perpassa as principais obras humeanas que se debruçam sobre essa temática e as suas implicações em relação a um suposto princípio natural da experiência e do conhecimento humanos. Nesse sentido, a análise de algumas noções irá compor o quadro teórico-metodológico aqui presente, quais sejam: *hábito*, *crença*, e *inferência causal*. Empreende-se ainda um cotejamento das obras dos principais comentadores de Hume a fim de avaliar como tais questões vêm ecoando na literatura dedicada a esse autor. Esta pesquisa pretende, especificamente, situar a atualidade da teses humeanas, bem como o rigor da solução apresentada, viabilizando assim o que hoje podemos chamar de uma epistemologia naturalista. Ou seja, poderíamos considerar Hume como um dos principais precursores da moderna teoria do conhecimento. Por conseguinte, o legado mais expressivo da contribuição humeana pode ser sintetizado na compreensão da noção de *natureza*, conquanto a mesma recoloca em outro plano o clássico hiato presente entre conhecimento e mundo, ao mesmo tempo em que estabelece os elementos mínimos para o desdobramento efetuado por Kant em sua *Crítica da Razão Pura*.

Russell: conhecimento por familiaridade

Rafael Fernandes Mendes dos Santos

O texto consiste em mostrar o mecanismo da teoria do conhecimento por familiaridade e do conhecimento por descrição, detendo-se principalmente no aspecto do conhecimento direto dos dados da sensibilidade. A remissão empírica vincula toda a construção lógica do pensamento de Bertrand Russell. Ora, supor que as descrições nos fornecem a possibilidade de conhecer os objetos da familiaridade e, por outro lado, vincular os objetos físicos como incitadores dos dados dos sentidos nos permite supor que o produto da análise das descrições deveriam ser os objetos físicos ou dados da sensibilidade. Entretanto, nos familiarizamos com objetos lógicos enquanto componentes dos fatos. Objetos lógicos produzem dados da sensibilidade? Assim, o texto pretende trazer as construções de Russell no campo da lógica para o alicerce fundamental do seu modo de articular os conceitos, comentar um pouco sobre as exigências lógicas no artigo Da Denotação, e também sobre o princípio de redução do conhecimento descritivo ao conhecimento por familiaridade que, aliás, funda a necessidade de recorrência empírica. Pode-se garantir o conhecimento direto dos universais, mas Russell coloca o conhecimento direto dos dados sensíveis como exemplo mais forte, além disso, supõe objetos físicos constituindo a relação de familiaridade como incitador dos dados sensíveis. Em fim, mostrar um certo descompasso entre exigência empírica e os aspectos lógicos da teoria de Russell.

Uma Certa Imagem de Mundo e A Gramática como Arquiteto

Wagner Teles de Oliveira

O verso de Goethe segundo o qual “*Im Anfang war die Tat*” reverbera ao longo da escrita referente ao Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* e manuscritos posteriores. É bem verdade que o escopo de *Da Certeza* é o lugar da primazia deste verso, uma vez que a atenção filosófica de Wittgenstein estará voltada para definir, a partir do emprego da terapia marcada pelo uso dos jogos de linguagem como ferramenta básica no desenlace de problemas filosóficos, o papel desempenhado pelas proposições gramaticais no uso da linguagem. Com efeito, a noção de *World-Picture* proveniente de sua inquietante tarefa é central e cara às linhas de *Da Certeza*, de modo que a tentativa de traçar os seus aspectos comporta lidar com outras noções fundamentais na obra, tais como, forma de vida, gramática dos usos, jogos de linguagem, dúvida, certeza. Nessa medida, ao tomarmos o texto como lugar da primazia do referido verso, incubiremos nossa escrita da tarefa de delinear, em certa medida, os aspectos atinentes à Gramática. Uma vez que a indicação acompanhante do verso segundo que a nossa vida deve falar por si mesma não pode ser compreendida sem referências gramaticais, pois um simples aceno só pode ser entendida quando inserida em um determinado contexto gramatical. Desta forma, de uma tarefa central se incumbe este texto: entremear-se com a natureza proposições gramaticais, visto que elas desenham o fundamento não fundamentado dos jogos de linguagem, um modo de agir ancorado na forma de vida, portanto inargumentável e salvo das investidas do duvidar. Assim, ao tempo do confronto com o estatuto de um tal gênero proposicional devemos atentar para a ausência de demarcação entre o que seja protador de sentido e o que seja destituído de sentido, ou seja, atentaremos para a ausência de demarcação entre gramatical e empírico, a fim de examinar o estatuto da *World-Picture* contra a qual distinguimos o verdadeiro do falso. Tal questão se desdobra por certo em problema, o qual baliza a nossa escrita, sendo à solução imprescindível o desenho do estatuto de um tal quadro de referências. O intento de demarcar o seu estatuto comporta, é bem certo, a tarefa de situar, no projeto wittgensteiniano ao tempo de *Da Certeza*, o seu papel no uso da linguagem. Assim, na medida que o quadro de referências herdado possui em sua base proposições gramaticais, a ele também pertence a verdade de certas proposições empíricas. Ademais, as observações gramaticais envoltas por prescrições terapêuticas não podem ser lidas, sem que tenha o seu espírito roubado, isentas do significado como uso.